



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE CEILÂNDIA

CURSO DE ENFERMAGEM

**PeNSE: Análise dos hábitos e comportamentos de vida de adolescentes
brasileiros**

VALDIRENE MENEZES DOS SANTOS

Ceilândia- DF

2018



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CEILÂNDIA
CURSO DE ENFERMAGEM

**PeNSE: Análise dos hábitos e comportamentos de vida de adolescentes
brasileiros**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito à aprovação em disciplina de TCC 2 do Curso de Graduação em Enfermagem, Faculdade de Ceilândia da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof^a. Mcs. Casandra Ponce de Leon

Ceilândia- DF

2018



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CEILÂNDIA
CURSO DE ENFERMAGEM

**PeNSE: Análise dos hábitos e comportamentos de vida de adolescentes
brasileiros**

Aprovado em: 21/Junho /2018

AUTOR

Valdirene Menezes dos Santos

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Msc. Casandra G. R. M. Ponce de Leon
Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia
Orientadora

Prof^ª. Dr^a. Laiane Medeiros Ribeiro
Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia

Prof^ª. Dr^a. Amaralina Miranda de Souza
Universidade de Brasília

Prof^ª. Msc. Gabriela Lopes da Silva Lustosa
Universidade de Brasília

PeNSE: Análise dos hábitos e comportamentos de vida de adolescentes brasileiros

Resumo: A adolescência é uma etapa da vida em que o indivíduo descobre e vive mudanças físicas, psicológicas, emocionais, sociais, marcada por um processo de crescimento entre a infância e a vida adulta. O Programa Saúde na Escola visa oportunizar promoção em saúde e conhecimento aos participantes da educação brasileira. Trata-se de uma pesquisa descritiva de abordagem quantitativo, do tipo análise dos resultados registrados nos anos de 2009, 2012 e 2015 nos relatórios da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. Percebendo os aspectos socioeconômicos, o contexto familiar, os hábitos de vida e comportamentais dos escolares da rede pública e particular de ensino, sendo observada a importância da correlação entre o ambiente escolar e familiar para melhor resolução das problemáticas, as linhas de ação do Programa Saúde na Escola visa contribuir para o alcance do bem estar físico, mental e social do adolescente.

Descritores: Adolescente, Serviço de Saúde Escolar, Comportamentos Relacionados com a Saúde.

Abstract: Adolescence is a life stage in which the individual discovers and lives the physical changes, psychological, emotional, social, marked by a process of growth between childhood and adult life. The Health Program in the School aims to offer a space for promoting health and knowledge to the participants of the Brazilian education. It is a descriptive study of quantitative approach, the type analysis of the results recorded in the years 2009, 2012 and 2015 in the reports of the National Survey of the Health of the School. Realizing the socio-economic aspects, family background, lifestyle and behavioral characteristics of public school and private schools, being observed the importance of the correlation between the school environment and family for the best resolution of the problematic, the lines of action of the Health Programme in School aims to contribute to the achievement of well-being physical, mental and social adolescent.

Descriptors: Adolescent, Student Health Services, Health Behavior.

Resumen: La adolescencia es una etapa de la vida en la que el individuo aprende y vive la transformación física, psicológica, emocional, social, marcada por un proceso de crecimiento entre la infancia y la edad adulta. El Programa Salud en la Escuela busca oportunizar promoción en salud y conocimiento a los participantes de la educación brasileña. Se trata de una investigación descriptiva de abordaje cuantitativo, del tipo análisis de los resultados registrados en los años 2009, 2012 y 2015 en los informes de la Encuesta Nacional de Salud del Escolar. Analizando los aspectos socioeconómicos, el contexto familiar, los hábitos de vida y comportamentales de los escolares de la red pública y privada de enseñanza, siendo observada la importancia de la correlación entre el ambiente escolar y familiar para una mejor resolución de las problemáticas, las líneas de acción del Programa Salud en la Escuela visa contribuir para el alcance del bienestar físico, mental y social del adolescente.

Palabras clave: Adolescente, Servicios de Salud para Estudiantes, Conductas Relacionadas con la Salud.

INTRODUÇÃO

Pensar em saúde envolve considerar as circunstâncias sociais em que os indivíduos estão inseridos e os fatores sociodemográficos que os cercam. Na formação de força de trabalho para a saúde, muitas vezes, o enfoque é para as questões mais biológicas do que sociais, no entanto, esta divisão é tão tênue que fica difícil distinguir a fronteira entre essas questões.

No que se refere ao processo de educação do cidadão, esses elementos estão presentes também, afetando direta e indiretamente, no comportamento, na cognição e no resultado final no campo da aprendizagem.

Assim, cientes dessa díade (saúde e educação), o governo brasileiro, idealizou uma política pública que materializa essa “dupla dinâmica” denominada “Programa Saúde na Escola”, em 2007.

O Programa Saúde na Escola (PSE) visa oportunizar promoção em saúde e conhecimento integral às crianças, adolescentes, jovens e adultos participantes da educação pública brasileira. O programa articula profissionais de áreas distintas, como saúde, educação e serviços sociais observando a garantia da comunicação e com visão no cuidado integral dos escolares atento as suas realidades familiares e sociais. O modelo integrativo entre os setores é responsabilidade de todos envolvidos, sendo as escolas e a atenção básica em saúde a ligação suporte para o bom desenvolvimento do projeto (BRASIL, 2018).

Com as ações educativas sendo realizadas nos cenários escolares, foi necessário se pensar em uma forma de monitorar os fatores de risco e proteção à saúde dos escolares. Assim, nesse intuito, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) juntamente com o Ministério da Saúde (MS) e apoio do Ministério da Educação (MEC) realizaram a pesquisa com escolares e adolescentes no Brasil, originando os relatórios da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2009, 2012 e 2015.

Na primeira pesquisa realizada, em 2009, participaram escolares do 9º ano do ensino fundamental das 26 Capitais, do Distrito Federal e a partir da segunda edição também as Grandes Regiões, durante os anos de 2012 e 2015. O Ministério da Saúde por meio das informações adquiridas consegue planejar e desenvolver estratégias para aumentar a qualidade de vida e diminuir os agravos na população.

Para selecionar os participantes que fariam parte da pesquisa (PeNSE), levou-se em consideração o que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, definiu para a faixa etária da adolescência (dos doze aos dezoito anos de idade), visto que é uma etapa da vida em que o indivíduo descobre e vive mudanças físicas, psicológicas, emocionais, sociais, marcada por um processo de crescimento entre a infância e a vida adulta (VASTERS, 2011). Esse desenvolvimento precisa de certo cuidado por parte dos pais ou responsáveis, pois também, nessa fase, a curiosidade, a influência dos amigos, a insegurança, as frustrações, a falta de perspectivas quanto ao futuro, propiciam um desejo maior de experimentar novas sensações, podendo desenvolver hábitos não saudáveis e comportamentos de risco à vida (ABREU, 2011).

Dentre os hábitos não saudáveis ou comportamentos de risco à vida humana, temos o uso de drogas lícitas e ilícitas, que são substâncias naturais ou sintéticas que quando ingeridas causam, no corpo, alteração no humor, na percepção ou no funcionamento do sistema nervoso central. As drogas lícitas são aquelas cujo consumo é legalizado, como bebidas alcoólicas e cigarro, já as ilícitas não possuem legalização, como maconha, crack e heroína.

A legislação que trata do Estatuto da Criança - ECA- (2015) passou por uma alteração e declarou a detenção para aqueles que venderem, fornecerem ou facilitarem o consumo de drogas lícitas e ilícitas a menores de idade, uma vez que estes produtos causam dependência física ou psíquica. Mesmo com a lei em vigor, o contato dos adolescentes e jovens com as drogas é muito comum, sejam lícitas ou ilícitas. Para menores de dezoito anos, nenhum tipo de substância é permitido, podendo causar déficit de memória, dificuldade de aprendizado, maior chance de dependência e riscos intensos de acidentes, violências e comportamentos de risco (PECHANSKY, 2004).

Os hábitos de vida fazem parte do comportamento de cada indivíduo, podendo ser bons ou ruins. Uma alimentação saudável, práticas de exercícios físicos, lazer e estudo são meios de aumentar a qualidade de vida e o bem-estar físico, mental e social, ao contrário que, uma alimentação desequilibrada, o sedentarismo, o consumo exacerbado de álcool ou cigarro desencadeiam problemas de saúde ou outros agravos que podem comprometer a saúde. Destacam-se, entre os hábitos de vida populacional a diminuição da atividade física, o aumento de peso considerando a alimentação com dieta muito calórica e com pouca variedade de nutrientes, maior acesso à bebida alcoólica e outras drogas, podendo prejudicar a saúde corporal e intelectual (GORDIA, 2009).

O comportamento humano é influenciado por condutas e decisões tomadas no enfrentamento dos conflitos diários, muitas destas atitudes resultam em problemas, como por exemplo, acidentes no trânsito, acidentes com armas de fogo ou algum tipo de violência. Os acidentes podem ser imprevistos naturais ou advindos da conduta humana, na adolescência a imprudência ao dirigir sem a permissão ou alcoolizado é uma das causas para estes acontecimentos. Já a violência, é multifatorial, decorrente do mau uso da liberdade humana, podendo ser classificada como violência física, verbal, psicológica, moral, entre outros (KYLLE, 2011).

Durante o processo de escolarização os tipos de violência mais presentes entre os alunos e também no contexto familiar são a violência verbal, física e sexual. A segurança pública é condição necessária para o conforto da população, porém os furtos, latrocínios, e outras situações que ferem a harmonia no meio social implicam em um sentimento de insegurança afetando as atividades diárias.

Tanto os acidentes, a violência e a ausência de segurança pública permeiam a vida dos escolares, alguns desses fatores é responsabilidade de determinados órgãos públicos, mas muitos agravos são resultado de comportamentos não apropriados, como consequências do uso de bebidas alcoólicas e outras drogas, ocasionando chances mais elevadas de acidentes de trânsito, prejuízos na escolarização, brigas, homicídios e práticas de atos ilegais (ZEITOUNE, 2012; KYLLE, 2011).

Esses problemas que afetam a vida dos adolescentes estão intimamente relacionados com a área da saúde, tendo em vista que esses sujeitos acabam chegando nos hospitais ou nos Centros de Saúde (atenção primária), em situação grave (no ambiente hospitalar: por acidentes, ou outras causas; e na atenção primária: para acompanhamento de gravidez, ou para realizar teste rápido para HIV, entre outras ações).

Na Atenção Básica, o PSE veio proporcionar a parceria entre a saúde e educação, onde as equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) fazem intervenções no âmbito da educação, promoção e prevenção de agravos na saúde.

Essa proposta visa à promoção da saúde e cultura de paz, ações conjuntas entre a saúde e educação, formação de escolares, atenção social, embate contra as vulnerabilidades, comunicação entre escola e unidade de saúde, participação comunitária nas políticas das duas áreas. A escola passa a representar um local de agregação de conhecimento, fornecendo benefícios aos alunos e suas famílias, como

conhecimento sobre os bons hábitos de vida e os riscos dos comportamentos não seguros.

Diante do exposto, a questão deste estudo é “como tem sido a evolução da saúde dos escolares ao longo dos anos de 2009 a 2015?”.

OBJETIVO

Analisar os aspectos sociodemográficos e hábitos de vida dos escolares.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo análise dos resultados obtidos por meio da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), descrevendo os hábitos de vida e comportamentais dos escolares participantes das três edições (2009, 2012 e 2015).

As variáveis socioeconômicas observadas, foram: escolaridade dos pais, trabalho dos pais, posse de bens materiais, aspectos das residências; composição familiar, graus de importância sobre os comportamentos e conhecimento da rotina dos mesmos; hábitos de vida, relação com consumo de drogas lícitas e ilícitas; e comportamentos inseguros, falta de segurança, acidentes e violências que afetam a escolarização.

Figura 1: Método de análise dos relatórios, 2018.



Fonte: realizado pelas pesquisadoras.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) realizada nos anos de 2009, 2012 e 2015 resultou em quatro amostras da população de estudantes, sendo a primeira e segunda amostras resultado dos dois primeiros anos, terceira e quarta amostras resultado da terceira edição, pois a mesma em 2015 dividiu o público para melhor considerar as diferenças entre os alunos na etapa escolar apropriada e os que entraram tardiamente na escola e/ou repetiram o ano escolar.

O relatório do PeNSE de 2015 foi dividido em duas amostras, a primeira contemplou os estudantes frequentes no 9º ano do ensino fundamental, antiga 8ª série, e a segunda amostra contemplou todos os escolares na faixa etária entre 13 e 17 anos que estavam estudando entre o 6º ao 9º ano, antigas 5ª a 8ª séries. Visto a necessidade de abarcar os alunos que não estão no percurso escolar considerado apropriado para idade, a segunda amostra abrangeu os que ingressaram tardiamente na escola e/ou reprovaram.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos três relatórios da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar foram abarcados os temas envolvendo o consumo de cigarro, bebidas alcoólicas e drogas ilícitas, e como tem sido o proceder dos escolares e de seus pais quanto a essa temática.

No relatório do PeNSE em 2009 participaram 618.555 mil escolares cursando o 9º ano do ensino fundamental do Distrito Federal e das 26 capitais do Brasil. Sendo 293.596 mil do sexo masculino e 324.958 mil do sexo feminino. Consideram-se brancos 40,1%, pardos 39,1% e 12,9% pretos.

No relatório do PeNSE de 2012 o total de pesquisados foi de 3.153.314 milhões de escolares do 9º ano do ensino fundamental. Sendo 1.508.703 milhões do sexo masculino e 1.644.612 do sexo feminino. A proporção de pardos foi de 42,2%, de brancos 36,8%, de pretos 13,4%, de amarelos 4,1% e 3,5% de indígenas.

Na primeira amostra do PeNSE de 2015 o número de escolares do 9º ano do ensino fundamental foi de 2.630.835 milhões sendo 1.281.656 do sexo masculino e 1.349.178 do sexo feminino. Pardos 43,1%, brancos 36,1% e pretos 13,4%.

Na segunda amostra de 2015, o número de escolares na faixa etária de 13 a 17 anos foi de 13.199.862 frequentando o ensino fundamental e médio do país. Na faixa etária entre 13 a 15 anos o total de alunos foi de 8.175.749 milhões e entre 16 a 17 anos o total foi de 5.024.113 milhões, sendo 6.637.636 do sexo masculino e 6.562.226 do sexo feminino.

De forma sintética, apresentado um resumo das informações contidas nos relatórios:

Tabela 1: Número de participantes, sexo, tipo de escola e faixa etária.

Informações	PeNSE 2009	PeNSE 2012	PeNSE 2015	
			1ª coleta	2ª Coleta
Total dos participantes	618.555	3.153.314	2.630.835	13.199.862
Meninos	47,5%	47,8%	48,7%	50,3%
Meninas	52,5%	52,2%	51,3%	49,7%
Escola Pública	79,2%	82,8%	85,5%	-

Escola	20,8%	17,2%	14,5%	-
Privada				
[13-15] anos	89,1%	86,0%	88,6%	61,9%
[16-17] anos	-	-	-	38,1%

Fonte: elaborado pelas autoras.

No relatório do PeNSE de 2009 os dados socioeconômicos abordaram somente escolaridade das mães e entre os alunos da rede privada 46,9% das mães possuíam o ensino superior e da rede pública somente 8,0%.

No PeNSE de 2012 a escolaridade dos pais foi apresentada e os escolares da rede privada apresentam pais e mães com maior nível de escolarização. Em 2015, na primeira amostra a porcentagem daqueles que não souberam informar foi mais elevado.

Tabela 2: escolaridade dos pais dos adolescentes participantes.

Escolaridade dos pais	PeNSE 2009	PeNSE 2012		PeNSE 2015 1º amostra
		Mães	Pais	
Sem escolaridade ou fundamental incompleto	25, 9%	34,5%	35,7%	24,8%
Ensino Superior	16,1%	8,9%	8,0%	13,3%
Não sabiam informar	18,5%	18,4%	23,7%	26,9%

Fonte: elaborado pelas autoras.

Segundo Reis (2011) é possível perceber que os indivíduos com pais ou mães em nível de escolarização menores apresentam uma maior possibilidade de ter um poder econômico baixo, sendo preciso um incentivo maior aos educandos em permanecer estudando, viabilizando a diminuição das desigualdades. Também o nível superior de ensino dos pais contribui para uma renda familiar mais elevada, contribuindo no processo de aquisição de matérias de estudo e demais investimentos. O tempo e/ou o tipo de trabalho dos pais, de permanência fora da residência, pode interferir na escolarização devido à falta de acompanhamento, pois muitos alegam cansaço, falta de tempo, irritabilidade.

No relatório da PeNSE 2012 em média moram 4,6 pessoas nas residências dos escolares. Mais de 80% afirmaram não trabalhar, mas 11,9% responderam trabalhar e receber dinheiro e 1,2% afirmou trabalhar e não receber dinheiro. No PeNSE de 2015 os dados socioeconômicos só foram relatados na primeira amostra. Dos escolares 86,6% relataram não ter trabalho, 12,2% responderam trabalhar e receber e 1,2% trabalham e não recebem.

O trabalho é necessário ao ser humano, visto suas necessidades básicas, mas não propício ao adolescente por ser proibido para menores de 18 anos, sendo caracterizado como trabalho escravo e também sujeito a punição em lei quando o salário não é oferecido, vigente no Código Penal Brasileiro. A pergunta contemplada na pesquisa não especificou se os escolares entendiam que estágio é trabalho, podendo mudar os resultados, mas a pequena porcentagem que diz trabalhar e não receber reflete uma situação familiar e social de maior problemática, pois na adolescência o meio que beneficia o estudo não inclui o trabalho infanto-juvenil.

Em 2012 afirmaram possuir computador e acesso a internet em casa mais de 90% dos alunos da rede privada e mais de 50% dos alunos da rede pública de ensino, um pouco mais de 80% dos escolares da rede privada e mais 40% dos escolares da rede pública afirmaram que alguém possuía carro em seu domicílio. 95,7% possuíam banheiro. Sobre empregados domésticos, os escolares da rede privada possuíam mais que os escolares da rede pública em suas residências.

No PeNSE de 2015 87,4% possuíam celular; 69,6% possuíam computador, sendo 95,2% alunos de escolas privadas e 65,2% de escolas públicas; 77,5% acessam a internet em suas residências; 56,5% tem carro em seu domicílio. 96,2% possuíam banheiro com chuveiro. 29,3% dos alunos da rede privada e 6,3% da rede pública possuíam empregados domésticos.

A aquisição de maiores bens materiais pelos alunos de escolas privadas atribuído a maior renda econômica por nível de escolarização dos pais mais altos, infere no processo de escolarização, pois os escolares da rede pública poderão apresentar menor retorno aos estudos, entrando no mercado de trabalho mais cedo, quando comparado aos da rede privada (REIS, 2011).

DADOS FAMILIARES

Neste ponto do relatório, os participantes responderam questionamentos relacionados ao meio familiar, se residem e convivem com os pais, se os pais conhecem e preocupam com a rotina e dificuldades dos filhos, pois o ambiente familiar reflete no processo educacional dos adolescentes.

Tabela 3: Com quem os escolares residem.

Residem	PeNSE 2009	PeNSE 2012	PeNSE 2015 1º amostra
Pai e Mãe	58,3%	62,1%	59,4%
Mãe	31,9%	28,5%	30,6%
Pai	4,6%	4,0%	4,4%
Sem ambos	5,2%	5,4%	5,7%

Fonte: elaborado pelas autoras.

Sobre a pesquisa de 2009 mais de 50% dos escolares afirmaram que os pais ou responsáveis sabiam o que estavam fazendo no tempo livre, sendo 59,7% do sexo feminino e 67,4% do sexo masculino. Os alunos das escolas particulares declararam que seus pais sabiam mais sobre o tempo livre do que os das escolas públicas. 18,5% faltaram às aulas sem permissão dos responsáveis, sendo de escolas públicas os que mais apresentaram escassez. Mais de 60% dos escolares faziam cinco ou mais refeições na semana com mãe ou responsável.

Em 2012 declararam que os pais sabiam o que eles faziam em seu tempo livre mais de 50%, sendo as meninas as que mais declararam. 68,6% dos alunos das escolas particulares declararam que seus pais sabiam sobre o tempo livre, já das públicas 56,3%. Faltaram às aulas sem permissão dos pais 25,8%, sendo os de escolas públicas os que mais ausentaram. 66,4% dos escolares faziam cinco ou mais refeições na semana com pais ou responsáveis. 32,3% responderam que os pais ou responsáveis acompanharam seus deveres de casa, sendo os alunos das escolas públicas mais acompanhados que os alunos das privadas. 45,8% dos alunos responderam que seus pais se preocupavam com seus problemas e preocupações, sendo mais atenciosos com os meninos do que com as meninas.

Na primeira amostra de 2015, mais de 80% declararam que os pais sabiam o que eles faziam em seu tempo livre, com o índice maior entre as meninas. Quanto à diferença entre as escolas, 87,3% da rede particular e 79,2% da rede pública declaram

que seus pais sabiam sobre o tempo livre. 23,4% declararam faltar às aulas sem permissão dos pais, sendo meninos e da rede pública os mais faltosos. Fazem refeição com os pais em cinco dias da semana mais de 70%, com percentual mais elevado nas escolas públicas e entre os meninos. 55,6% responderam que seus pais ou responsáveis tinham costume de verificar os deveres de casa, sendo maior entre os meninos e nas escolas públicas. 66,6% afirmaram que seus pais se preocupavam com seus problemas e preocupações, sendo maior nas escolas privadas e entre os meninos.

Em todas as pesquisas a quantidade de escolares que residem com ambos os pais é mais da metade, seguido daqueles que residem com a mãe. Também mais da metade dos escolares em todas as pesquisas afirmaram que os pais sabem o que eles fazem no tempo livre, entre as meninas e os alunos de escolas particulares o percentual foi mais alto. Sobre a ausência em aulas sem a permissão dos pais os alunos da rede pública foram os que apresentaram maior escassez em todos os anos. Mais de 60% dos escolares em todas as pesquisas afirmaram fazerem cinco ou mais refeições na semana acompanhados dos pais. Sobre o costume dos pais em olhar os deveres de casa, tanto em 2012 como em 2015 os alunos de escolas públicas foram os que mais constataram esse cuidado, apresentando crescimento de 23,3% no intervalo dos anos. Os meninos foram os que apresentaram índice maior de preocupação dos pais sobre seus problemas e preocupações, nas pesquisas de 2012 e 2015, com crescimento percentual de 20,8%. Segundo Zeitoune (2012) a falta ou o pouco vínculo familiar, como por exemplo, pais que exercem pouco controle e não se preocupam com os hábitos de seus filhos são fatores considerados importantes relacionados à prevenção de comportamentos de risco em adolescentes. É observável que mais da metade dos estudantes encontram no ambiente familiar a base necessária para a construção da personalidade moral, mas os meninos e os alunos da rede pública apresentam uma menor visibilidade e também são eles que apresentam um maior índice de preocupação dos pais e mais escassez nas aulas.

O comportamento humano é construído ao longo da vida, procedente do mesmo, os hábitos de vida são desenvolvidos influenciados pelo convívio familiar, social, cultural podendo ser benéfico ou não para o ser. O uso de qualquer tipo de droga, seja lícita ou ilícita, por indivíduos com idade inferior a 18 anos é proibido por lei, mas no contexto social esse hábito tem sido observado com naturalidade, apesar dos problemas que o consumo pode gerar na saúde física e psicológica dos adolescentes.

Sobre aos hábitos de vida, no PeNSE de 2009, entre os escolares que afirmaram ter experimentado cigarro alguma vez o maior percentual foi entre os meninos e nas escolas públicas. Dentre os que tinham pelo menos um dos responsáveis que fumavam a porcentagem foi maior nos pais dos alunos das escolas públicas.

Na tabela seguinte apresentam-se os dados sobre a experimentação de cigarro pelos escolares, o consumo feito nos últimos 30 dias anteriores a pesquisa, os pais que fazem uso do cigarro e a importância sobre o possível consumo dos filhos.

Tabela 4: Considerações sobre o uso do cigarro pelos adolescentes.

Cigarro	PeNSE 2009	PeNSE 2012	PeNSE 2015 1º amostra	PeNSE 2015 2º amostra
Experimentaram	24,2%	19,6%	18,4%	29% (16 e 17 anos)
Consumo nos últimos 30 dias	6,3%	5,1%	5,6%	8,0% (16 e 17 anos)
Pais fumantes	31,0%	29,8%	26,2%	24,0%
Importância atribuída aos pais	95,5%	91,7%	-	-

Fonte: elaborado pelas autoras.

No PeNSE 2012 os escolares que afirmaram já ter experimentado cigarro foi menor que em 2009, mas as escolas públicas ainda tiveram o índice mais alto que as privadas. 15,4% dos escolares afirmaram ter experimentado com 15 anos ou menos. Mais de 4% dos escolares consumiram outros produtos do tabaco, maior entre os meninos e nas escolas públicas. 59,9% dos escolares declararam que estiveram na presença de fumantes na semana anterior à pesquisa, sendo maior entre as meninas e nas escolas públicas. A quantidade de pais fumantes é maior nas escolas públicas e mais de 90% declararam que sua família se importaria muito se soubesse que eles fumavam. Dentre os que fumaram nos 12 meses antes da pesquisa, 65,4% tentaram parar de fumar.

Na primeira amostra de 2015 o índice de experiência com o cigarro foi menor que nos outros anos, continuando maior entre os meninos e nas escolas públicas. 25,8% compraram o cigarro em uma loja ou botequim, 19,3% pediram cigarro a outra pessoa, 17,2% pegaram o cigarro escondido, 9,7% entregaram o dinheiro para alguém comprar, 8,4% conseguem com uma pessoa mais velha, 4,9% compram de um vendedor de rua e

quase 15,0% conseguem de outro modo. 6,1% fizeram uso de outros produtos derivados nos últimos 30 dias. Mais de 50% referiram estar na presença de um fumante na semana anterior. Com relação à dependência, os estudantes de escolas públicas estiveram na presença de pessoas que fumam em maior porcentagem. Sobre os responsáveis fumantes, os pais dos alunos de escolas públicas são maioria.

Na segunda amostra de 2015 o grupo de 13 a 15 anos que afirmaram ter experimentado foi de 19,0%. 10,0% afirmaram ter experimentado antes dos 14 anos, Mais de 50% estiveram na presença de pessoas que faziam uso de cigarros e em torno de 24,0% possuíam pais fumantes. 8,0% entre os 16 e 17 anos declararam fazer uso de outros produtos do tabaco.

O uso de cigarro é mais elevado entre os meninos e entre os alunos de escolas públicas em todas as amostras da pesquisa, é observável a diminuição durante os anos, mas nas amostras de 2015 o percentual aumentou entre o público de 16 e 17 anos 10% em relação ao grupo de 13 aos 15 anos. Muitos meninos consomem o produto por ter contato mais facilitado em suas residências, pela pressão imposta no grupo de amigos e por ansiarem novas experiências. O nível de escolaridade dos responsáveis, sendo as mães mais citadas, daqueles que compõem as escolas públicas é menor quando comparado aos das escolas privadas, isso infere nos hábitos de vida dos filhos, visto que um maior acesso educacional é fator de proteção.

Os pais ou responsáveis que fazem uso dos produtos advindos do tabaco são maioria entre os alunos das escolas públicas, e a porcentagem declinou entre as pesquisas. Segundo a teoria da aprendizagem social, os pais servem como modelo para os filhos, influenciando as opiniões e atitudes acerca do tabagismo, além de facilitar ou não o acesso ao cigarro, modulado, por sua vez, pela própria exposição ao tabaco (ABREU, 2011). É plausível que o índice mais elevado entre os escolares da rede pública está ligado com o maior consumo entre os responsáveis, visto que o conhecimento e contato são mais propícios em suas residências, sendo ambiente de referência, formação de personalidade e maior permanência.

Sobre o uso do álcool, nas três edições do PeNSE, contidos na tabela seguinte os dados dos escolares que já experimentaram bebida alcoólica, os que fizeram consumo nos 30 dias anteriores as pesquisas, a porcentagem dos episódios de embriaguez e a importância dos pais caso chegassem em casa alcoolizados.

Tabela 5: Considerações sobre o uso de bebidas alcoólicas pelos adolescentes.

Álcool	PeNSE 2009	PeNSE 2012	PeNSE 2015 1º amostra	PeNSE 2015 2º amostra
Experimentaram	71,4%	70,5%	55,5%	73,0% (16 e 17 anos)
Consumo nos últimos 30 dias	27,3%	26,1%	23,8%	-
Embriagaram	22,1%	21,8%	21,4%	37,0% (16 e 17 anos)
Importância atribuída aos pais	93,8%	89,7%	-	-

Fonte: elaborado pelas autoras

Em 2009, o índice de experiência com bebidas alcoólicas foi maior entre as meninas e nas escolas privadas. Experimentaram através de festas, mercado, loja, bar e também adquiriram com amigos e na própria casa. A porcentagem dos que se embriagaram foi maior nos estudantes das escolas públicas. 93,8% afirmaram que seus pais se importariam muito caso chegassem em casa alcoolizados.

No PeNSE 2012 a porcentagem que afirmou já ter experimentado bebidas alcoólicas alguma vez ou já ter bebido ao menos uma dose foi maior entre as meninas. 31,7% fizeram uso com 13 anos ou menos. 26,1% fizeram uso nos últimos 30 dias. O consumo foi maior entre alunos das escolas públicas, sendo a forma mais comum de conseguir em festas, com amigos, comprando, ou ainda em sua própria casa. 21,8% já sofreram algum episódio de embriaguez na vida sendo maior entre os alunos das escolas públicas. 10,0% relataram problemas com brigas e faltaram aulas porque tinham bebido. As meninas relataram um percentual um pouco maior nos problemas com o consumo de álcool.

Na primeira amostra do PeNSE de 2015, entre os escolares que afirmaram ter experimentado bebida alcoólica os de escolas públicas apresentaram maior índice. O consumo nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa foi mais elevado para as meninas. 43,0% já consumiram uma dose, sendo o consumo mais elevado também entre as meninas e a forma mais comum de obter foram em festas, amigos, comprando, com alguém da família, de outro modo, em casa sem permissão ou terceiros compraram na rua.

Os problemas associados ao uso do álcool foram relatados por 7,3% dos escolares. 43,8% dos escolares afirmaram possuir amigos que consomem bebida alcoólica, sendo superior entre as meninas. Na segunda amostra do PeNSE de 2015 a faixa etária de 16 e 17 anos contempla os escolares que mais já experimentaram uma dose de bebida alcoólica e mais de 60% possuíam amigos que consomem bebidas alcoólicas. 12,0% tiveram problemas relacionado ao uso do álcool.

Em relação ao álcool, diferente do cigarro, quem fez mais uso foram as meninas e no primeiro ano da pesquisa a rede privada de ensino teve índice mais elevado seguido nos próximos anos da rede pública. Um fator considerável é o crescente aumento do consumo de bebidas alcoólicas entre o público feminino, sendo 27% em 2006 e 38% em 2012, aumento de 11% (LENAD, 2012).

O incentivo em meio social e o acesso para menores de 18 anos com aquisição facilitada em festas, comércios, em casa também contribui para elevação do consumo. Consequências negativas para a saúde e bem estar dos adolescentes é experienciado por envolvimento maior em brigas e comportamentos impróprios devido a embriaguez, prejuízos acadêmicos, maior exposição a diferentes tipos de acidentes, morte, vivência sexual desequilibrada e violência sexual, e os efeitos durante a vida é uma maior chance de dependência química, menor capacidade de memória e aprendizado, também prejuízos neuropsicológicos como no comportamento e nas emoções (PECHANSKY, 2004).

A experimentação de drogas ilícitas pelos escolares no ano de 2009 foi de 8,7%, em 2012 houve uma pequena diminuição de 1,4%, em 2015 na primeira amostra a porcentagem foi de 9,0% e na segunda amostra entre a faixa etária de 16 e 17 anos chegou em 17,0%. Os meninos fizeram uso de algum tipo de droga ilícita com mais frequência do que as meninas. Em 2012 e 2015 primeira amostra as escolas públicas tiveram uma proporção maior que as escolas públicas. No PeNSE de 2012 2,5% fizeram uso de maconha nos últimos 30 dias, maior consumo entre os meninos. De forma geral, os escolares que usaram drogas ilícitas alguma vez na vida, 34,5% utilizaram maconha e 6,4% usaram crack.

No PeNSE de 2015 na primeira amostra 4,2% consumiram drogas nos 30 dias anteriores a pesquisa, sendo superior entre os meninos. De forma geral, 46,1% já fizeram consumo atual de maconha e 5,5% usaram alguma vez crack. 17,6% dos escolares informaram que possuíam alguns, a maioria ou todos amigos que usavam drogas, e as meninas alcançaram um percentual mais elevado quando comparado aos

meninos. Na segunda amostra de 2015 a experimentação antes dos 14 anos de idade ocorre em quase 3,0% dos escolares na faixa etária de 16 a 17 anos. O consumo da maconha entre 16 a 17 anos ficou em 7,2% e nessa mesma faixa etária um quarto dos escolares possuíam amigos usuários de drogas ilícitas.

Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) é uma linha de ação dentro do Passo a Passo do PSE que se dá na prática por meio de encontros, debates, oficinas, palestras e diversos modos de exposição do tema para prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas. Entre os anos de 2009 e 2012 houve uma pequena diminuição, 1,4%, mas em 2015 a proporção dos escolares que tiveram contato com algum tipo de droga ilícita aumentou 1,7%. Visto que nos dados encontrados em todas as amostras é notório o contato de uma pequena porcentagem dos escolares com as drogas, é factível aos professores e demais profissionais da educação e da saúde, juntamente com os familiares proporcionarem um conhecimento e visão crítica sobre os efeitos negativos do uso dessas substâncias, investindo na ampliação dessa linha de ação.

COMPORTAMENTOS INSEGUROS

Segurança

Em relação aos comportamentos inseguros, no PeNSE de 2009, os escolares da rede privada que deixaram de ir à escola nos últimos 30 dias, anteriores à pesquisa, por falta de segurança, apresentou índice de 6,4% e nas escolas públicas o percentual foi de 9,7%. Já em 2012 mais de 8,0% dos escolares deixaram de ir à escola entre os últimos 30 dias, percentual mais elevado nas públicas. 8,0% deixaram de ir porque não se sentiram seguros na própria escola, índice mais elevado nas públicas.

No PeNSE de 2015 em sua primeira amostra o percentual de estudantes que deixaram de ir à escola por um dia entre os 30 dias anteriores à pesquisa por não se sentirem seguros no caminho entre a residência e a escola foi de 14,8%, sendo 15,8% para os alunos das escolas públicas e 9,0% para escolas privadas. 9,5% deixaram de ir porque não se sentiram seguros no ambiente escolar. Na segunda amostra de 2015, na faixa etária entre 16 e 17 anos o percentual foi de 12,4% que deixaram de ir à escola. 11,4% faltaram às aulas na faixa etária entre 13 e 15 anos e 8,1% entre 16 a 17 anos.

O incômodo causado pela insegurança também implica no contexto escolar brasileiro, sendo os alunos das escolas públicas os que encontram maiores dificuldades

no percurso e no próprio ambiente de estudo. O percentual foi aumentando conforme os anos das pesquisas, somente na segunda amostra de 2015 entre os escolares de 16 e 17 anos que houve uma pequena diminuição. É possível que os alunos não tenham sido sinceros durante as pesquisas por motivos diversos, e talvez esses números possam ser ainda maiores. No Distrito Federal e em demais cidades no país a Polícia Militar dispõe do Batalhão Escolar, contribuindo com a segurança dos escolares dentro e nas áreas de abrangência das escolas, pode-se considerar um investimento, devido o percentual de incômodo colocado pelos adolescentes.

Violência doméstica

No contexto familiar na pesquisa de 2009, 9,5% dos escolares sofreram agressão por um adulto da família. Em 2012, as agressões físicas ocorridas nos últimos 30 dias, anteriores à pesquisa, foram mencionadas por 10,6% dos escolares e mais elevadas entre as meninas e nas escolas públicas. 10,3% afirmaram ter sido seriamente feridos nos últimos 12 meses, maior percentual entre os meninos e nas escolas públicas.

Na primeira amostra de 2015, as agressões físicas efetuadas por um adulto da família, nos últimos 30 dias, anteriores à pesquisa, foi relatada por 14,5% dos escolares, mais elevado entre as meninas e nos estudantes de escolas públicas. 12,3% afirmaram ter sido seriamente feridos nos últimos 12 meses, mais elevado entre os meninos e nas escolas públicas. Na segunda amostra de 2015, 14,7% dos escolares entre 13 a 15 anos afirmaram ter sofrido agressão física por algum adulto da família nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa e 17,3% afirmaram ter sofrido agressão física ao menos uma vez nos 12 últimos meses, mais elevado entre os meninos.

Os tipos de violência física, psicológica, sexual, negligência e abandono são as que mais invadem o meio familiar podendo ferir profundamente as relações, pois a família, segundo Antonie Koller (2000), é caracterizada pela unidade e por reciprocidade direta, forte e de aspecto longo. Nas três edições da pesquisa é verificável que as meninas foram as que mais relataram sofrerem algum tipo de agressão por uma pessoa da família, com índice crescente durante o intervalo de tempo, já os meninos foram os que mais afirmaram terem sido seriamente feridos e nas duas circunstâncias os alunos das escolas públicas foram os que mais passaram por esse tipo de sofrimento. O fator econômico dos pais relacionado a menor escolarização pode estar

relacionado as violências, pois em muitas situações os problemas não são solucionados por meio do diálogo.

Trânsito

Sobre os comportamentos inseguros no trânsito estão inclusos os dados na seguinte tabela:

Tabela 6: Comportamento dos adolescentes referente ao trânsito.

Trânsito	PeNSE 2009	PeNSE 2012	PeNSE 2015 1º amostra	PeNSE 2015 2º amostra
Não usam o cinto	26,3%	16,1%	33,6%	20,0% (16 e 17 anos)
Já dirigiram um carro	18,5%	27,1%	32,4%	49,0% (16 e 17 anos)
Andaram com condutor sobre efeito de álcool	18,7%	22,9%	26,3%	25,4%

Fonte: elaborado pelas autoras.

Sobre ao comportamento dos escolares com relação ao trânsito, na pesquisa de 2009, entre os escolares que relataram não fazerem uso de cinto de segurança quando estavam em um veículo motorizado, as meninas usam menos que os meninos e a frequência desta ação pelos escolares das escolas públicas é mais alta do que os escolares de escolas privadas.

Entre os que afirmaram já terem dirigido a frequência é muito mais elevada entre os meninos. Os escolares da rede pública andaram mais em veículos dirigidos por pessoas que consumiram bebidas alcoólicas. No ano de 2012, o não uso do cinto foi mais elevado entre as meninas e nas escolas públicas. E os meninos dirigiram algum veículo mais vezes. Os estudantes de escolas privadas andaram em veículos conduzidos por alguém que havia consumido bebida alcoólica com mais frequência. 19,3%

declararam não ter usado capacete quando andaram de motocicleta, maior frequência entre as meninas.

No PeNSE de 2015, na primeira amostra, as meninas e alunos da rede privada de ensino demonstraram usar o cinto de segurança com menos constância. Sobre os escolares afirmarem terem dirigido veículo motorizado, a porcentagem foi maior entre os meninos e na rede pública. Os meninos foram os mais transportados em veículos dirigidos por motoristas que tinham consumido bebida alcoólica nos 30 dias anteriores à pesquisa. Na segunda amostra as meninas são as que fizeram o menor uso do cinto de segurança. Sobre o uso do capacete em motos ou motocicletas é bastante elevado nas duas faixas etárias, 13 a 15 anos e 16 e 17 anos, com percentual acima de 94%. Mais de 40% dos escolares do sexo masculino já conduziram veículo automotor entre 13 a 15 anos, já entre 16 e 17 anos chega a quase 50%.

Durante a adolescência o sentimento de liberdade, busca pela independência, faz com que o indivíduo venha absorver as atitudes, ações e costumes das pessoas do grupo que ele se identifica e nem sempre o que foi aderido contribui com o bem estar do mesmo (ZEITOUNE, 2012).

Nas pesquisas do PeNSE a porcentagem dos escolares que já dirigiram sem a permissão conferida pela aquisição da Carteira Nacional de Habilitação é alta e crescente durante o intervalo dos anos, uma prática que pode resultar em graves acidentes. O ato de dirigir após consumo de bebida alcoólica é também um grave risco à vida, nos três relatórios é presente o relato dos adolescentes sobre terem andado em algum automóvel com o condutor tendo ingerido bebida alcoólica. O não uso do cinto de segurança ondula entre os anos e em 2015 na primeira amostra apresenta o índice mais elevado. Atitudes imprudentes são muitas vezes influenciadas pelos colegas, sem que percebam o risco para o próprio adolescente ou para as pessoas do convívio social próximo.

Bullying

A porcentagem dos escolares que afirmaram se sentirem bem tratados pelos colegas em 2009 foi de 69,2%, o nível mais elevado das três pesquisas. No ano de 2012 mais da metade dos alunos informaram que foram bem tratados pelos colegas, com percentual entre os meninos abaixo do percentual das meninas. Na primeira amostra de

2015, mais de 50% dos escolares afirmaram que nenhuma vez se sentiu humilhado pelos colegas e as meninas afirmaram que foram mais bem tratados pelos colegas na maior parte do tempo ou sempre do que os meninos. Na segunda amostra 59,9% afirmaram que os colegas trataram bem ou foram prestativos entre a faixa etária de 13 a 15 anos e entre 16 e 17 anos o percentual foi de 67,0%, sendo as alunas as que mais afirmaram serem bem tratadas pelos colegas.

Na pesquisa de 2009 o percentual dos que foram vítimas do bullying “raramente” ou “às vezes” foi de 25,4% e “na maior parte das vezes” ou “sempre” foi de 5,4%, sendo mais frequente entre os meninos e nas escolas particulares. Em 2012 afirmaram que “sempre” ou “quase sempre” se sentiram humilhados 7,2%, e o percentual fica mais elevado entre o sexo masculino. 20,8% praticaram algum tipo de bullying nos últimos 30 dias, antes da pesquisa, sendo maior também entre os meninos.

Em 2015, na primeira amostra, 7,4% afirmaram sofrer algum tipo de bullying na “maior parte do tempo” ou “sempre”, nas escolas públicas o índice foi mais elevado do que nas instituições particulares. Quase 20% responderam que já tinham praticado bullying nos últimos 30 dias com os colegas, o percentual é mais elevado entre os meninos e nas escolas privadas, e a aparência do corpo e do rosto são os principais motivos. Na segunda amostra sobre sentirem-se humilhados por provocações dos colegas, os meninos foram os que obtiveram maiores índices.

Sobre os comportamentos envolvendo a violência, a tabela abaixo apresenta o uso de arma branca e de fogo em brigas entre os escolares.

Tabela 7: Comportamentos envolvendo uso de armas.

Comportamentos relacionados ao uso de arma	PeNSE 2009	PeNSE 2012	PeNSE 2015 1º amostra
Arma branca	6,1%	7,3%	7,9%
Arma de fogo	4,0%	6,4%	5,7%

Fonte: elaborado pelas autoras.

Nos últimos anos, os casos de bullying no meio escolar, têm se tornado mais sucessivos entre os meninos e quanto à dependência administrativa das escolas, as pesquisas se diferenciaram.

Sobre se sentirem bem tratados, as meninas afirmaram com mais assiduidade do que os meninos. Nas quatro amostras das pesquisas da PeNSE, relacionadas ao envolvimento em brigas com ou sem uso de arma branca ou de fogo, o percentual dos meninos e daqueles que estudam em escolas públicas foram mais elevados. Sobre o uso de arma branca, o percentual foi aumentando conforme os anos das pesquisas, mas no uso de arma de fogo, em 2015, apresenta um decréscimo.

O questionamento sobre relação sexual forçada foi abordado somente no ano de 2015, 4,0% afirmaram terem sido coagidos a essa prática, sendo maior entre as meninas e nas escolas públicas, sendo os abusadores: namorado ou ex-namorado, amigo (a), pai/mãe/padrasto/madrasta e outros familiares. Na segunda amostra 4,5% dos escolares entre 13 e 15 e 4,5% entre 16 e 17 anos de idade já foram forçados a ter relação, sendo mais elevado entre os meninos.

A quinta linha de ação do Passo a Passo do PSE visa a Promoção da Cultura de Paz e Prevenção das Violências, desenvolvendo no ambiente escolar os temas sobre bullying, discriminação, preconceito e também violência doméstica, sexual e suicídio.

As diretrizes para a boa aplicabilidade dessa linha aborda temas como o respeito, a solidariedade, a cooperação, a valorização da vida, a promoção de vínculo afetivo, a atenção ao comportamento da pessoa, o fortalecimento da notificação da violência, a articulação entre as redes e a qualificação dos profissionais envolvidos no convívio do adolescente (BRASIL, 2011).

O conhecimento e a gravidade sobre o bullying, brigas com uso ou não de arma, violência sexual e outras violências devem ser bem trabalhados em casa e fortalecidos na escola, no entanto a falta de atenção dos pais, de vínculo, de confiança e até mesmo a existência de violência doméstica, tem sido presenciados, com muita frequência, e o alicerce familiar não tem sido consistente, a escola também encontra dificuldade em proporcionar ao aluno um ambiente proveitoso e a interação entre eles em alguns momentos não são favoráveis para o bem estar.

Segundo Polonia (2005) a família e a escola são imprescindíveis para o crescimento físico, intelectual e social da pessoa, reforçar a relação entre essas duas instituições de forma dinâmica e com comunicabilidade, sendo assim, um meio para diminuir os comportamentos violentos e elevar a promoção da cultura de paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato dos adolescentes com o cigarro, álcool e outras drogas, o trabalho infanto-juvenil e o sofrimento inerente ao bullying e a violência doméstica são desafios que devem contar ativamente com a proposta do PSE, visto que os percentuais apresentados pelas três edições das pesquisas demonstram a relação dos escolares com essas problemáticas.

Por meio das linhas de ação planejadas pelo Ministério da Saúde e de Educação é possível trilhar esse caminho: de promover o conhecimento ao adolescente sobre as práticas saudáveis e do valor da vida, eliminando o consumo de drogas lícitas ou ilícitas; instruindo o escolar sobre seu direito ao estudo, e que ainda não é oportuno e nem justo realizar atividade de trabalho; fortalecer a cultura de paz incentivando a amizade e o bem estar de todos; se posicionar com conhecimento em relação aos vários tipos de violência denunciando.

A saúde do escolar depende de um conjunto de fatores para ser bem-sucedida, cabendo ao elo familiar, aos profissionais da educação, da saúde, dos serviços sociais e até mesmo da segurança, a contribuição para o alcance do bem estar físico, mental e social do adolescente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mery Natali Silva. SOUZA, Charles Ferreira de. CAIAFFA, Waleska Teixeira. Tabagismo entre adolescentes e adultos jovens de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil: influência do entorno familiar e grupo social. Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

ANTONI, Clarissa de. KOLLER, Sílvia Helena. A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. Estudos de Psicologia, 2000.

BRASIL. Lei Nº 13.106, de 17 de março de 2015. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou a adolescente; e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais. Diário Oficial, 2015.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de junho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Instrutivo PSE / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

GORDIA, Alex Pinheiro. QUADROS, Teresa M. Bianchini. CAMPOS, Wagner de. PETROSKI, Édilo L. Domínio Físico da Qualidade de Vida entre Adolescentes: Associação com Atividade Física e Sexo. Rev salud pública, 2009.

II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) – 2012. Ronaldo Laranjeira (Supervisão) [et al.], São Paulo: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas (INPAD), UNIFESP. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2009. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2012. Rio de Janeiro, IBGE, 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2015. Rio de Janeiro, IBGE, 2016.

KYLE, Terry. Enfermagem Pediátrica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

PECHANSKY, Flavio. SZOBOT, Maciel Claudia. SCIVOLETTO, Sandra. Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. Revista Brasileira de Psiquiatria, 2004; 26, 14-17.

POLONIA, Ana da Costa. DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. Psicologia Escolar e Educacional, Campinas, v. 9, n. 2, p. 303-312, dez. 2005.

REIS, Mauricio Cortez. RAMOS, Lauro. Escolaridade dos pais, desempenho no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos. Revista Brasileira de Economia. Vol. 65 no. 2 Rio de Janeiro Abril/Junho 2011.

VASTERS, Gabriela Pereira. PILON, Sandra Cristina. O uso de drogas por adolescentes e suas percepções sobre adesão e abandono de tratamento especializado. Revista Latino-Americana de Enfermagem, 19, Março/Abril 2011.

ZEITOUNE, Regina Célia Gollner. FERREIRA, Vinícius dos Santos. SILVEIRA, Helaine Silva. DOMINGOS, Ana Maria. MAIA, Aniely Coelho. O conhecimento de adolescentes sobre drogas lícitas e ilícitas: uma contribuição para a enfermagem comunitária. Esc. Anna Nery, 2012, vol. 16, n.1, pp. 57-63.